

LEI Nº 1623, DE 23 DE MAIO DE 2001.

RESTRINGE O USO DO FUMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica proibido fumar nos seguintes locais:

I - áreas internas de todas as repartições públicas;

II - salas de aulas e nos pátios escolares;

III - veículos de serviços - ônibus, táxis, transporte coletivo e transporte escolar municipal;

IV - clínicas e consultórios médicos, odontológicos, laboratórios e hospitais;

V - agências bancárias;

VI - cinemas, auditórios, teatros e assemelhados;

VII - restaurantes;

VIII - de armazenagem e manuseio de materiais inflamáveis e combustíveis.

Parágrafo único - Os restaurantes poderão criar alas especiais para fumantes e não fumantes.

Art. 2º - Em todas repartições públicas, estabelecimentos, salas e espaços abrangidos por esta Lei, devem ser afixados avisos em letras de forma com os dizeres: "PROIBIDO FUMAR", de fácil visibilidade e em proporção adequada ao ambiente, de forma e chamar a atenção do público.

Parágrafo único - Nos estabelecimentos acima mencionados, poderá ser permitido fumar, desde que em locais especiais, os quais serão identificados por "Fumódromos".

Art. 3º - Os agentes de Vigilância Sanitária do Município são as autoridades competentes para apurar e processar as infrações aos dispositivos desta Lei, aplicando

aos infratores as penalidades de:

I - Advertência verbal;

II - Multa, quando reincidente.

Art. 4º - Na advertência verbal, a autoridade de saúde alertará o infrator sobre os riscos e malefícios do fumo, dando-lhe ciência de que, em caso de reincidência, estará sujeito à penalidade de multa.

§ 1º - O Departamento de Vigilância Sanitária manterá livro ou equivalente para registro das advertências verbais.

§ 2º - A autoridade de saúde ao fazer a advertência verbal comunicará o fato ao:

I - Secretário da Administração e Fazenda, quando a infração for cometida na área interna das repartições públicas;

II - Diretor de Escola, quando a infração ocorrer em sala de aula ou no pátio escolar;

III - Secretário da Administração e Fazenda, quando a infração ocorrer no interior dos veículos de serviços e de transporte escolar municipal;

IV - Diretor ou Responsável, quando a infração ocorrer em clínicas e consultórios médicos, odontológicos e laboratoriais e hospitalares;

V - Gerente, se a infração ocorrer no interior da Agência Bancária;

VI - Responsáveis pelo estabelecimento, quando a falta ocorrer em cinemas ou auditórios, teatros e assemelhados;

VII - Gerente ou responsável, quando ocorrer a infração no interior de restaurantes, depósitos de materiais explosivos e inflamáveis.

VIII - Proprietários, se a infração ocorrer em ônibus e táxis.

IX - Síndico do prédio, se a infração ocorrer em elevadores.

Art. 5º - A penalidade de multa corresponderá ao valor de 0,5 (meia) Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

Parágrafo único - O infrator poderá sofrer a aplicação da penalidade de multa somente uma vez ao dia.

Art. 6º - A autoridade de saúde ao fazer a advertência verbal comunicará o fato aos superiores hierárquicos e aos responsáveis pelo local, solicitando a colaboração dos mesmos.

Art. 7º - A pessoa que se sentir prejudicada pelo uso de fumo nos locais proibidos por esta Lei comunicará pessoalmente ou por telefone o fato ao Departamento de Vigilância Sanitária Municipal mais próximo, que deverá tomar as providências necessárias.

Art. 8º - Caso o infrator seja funcionário público municipal e a infração seja cometida no local de trabalho, o fato deve ser comunicado ao Secretário de Administração que o advertirá de forma verbal e reservada.

§ 1º - Somente sofrerá advertência por escrito em forma de portaria se for reincidente e realmente não quiser colaborar.

§ 2º - Caso, após ser baixada portaria continuar reincidente, o Secretário de Administração determinará por meio de ofício ao encarregado do Departamento Pessoal que o suspenda do serviço, sendo que a suspensão não poderá ser superior a 3(três) dias por mês.

§ 3º - Ocorrendo a suspensão, o servidor não terá computado para efeito de remuneração mensal os dias que foi suspenso.

Art. 9º - O Departamento de Vigilância Sanitária poderá fazer um cadastro de todos os servidores municipais fumantes, que desejarem se cadastrar, e planejar palestras para os mesmos onde deverão ser informados dos malefícios que o fumo traz à saúde, e dos inúmeros benefícios que advém ao organismo quando deixa de fumar.

Art. 10 - Desejando fumar no horário de expediente, o funcionário poderá fazê-lo na área externa da repartição pública, desde que não ultrapasse o tempo de 3 (três) minutos a cada hora trabalhada.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2001.

Onélio Francisco Menta
PREFEITO MUNICIPAL